

# *Atitudes da classe trabalhadora e democracia no Brasil (1)*

---

**Fabian Echegaray**  
Trinity College  
University of Connecticut

---

## **Resumo**

Este artigo aborda os aspectos da cultura política das classes trabalhadoras no Brasil, com base em resultados de survey realizado em 1990.

Contrariando uma tese corrente, o autor sustenta que o aspecto dominante no conjunto de opiniões e atitudes políticas da classe trabalhadora e o apoio à democracia.

**Palavras-chave:** cultura política; democracia; comportamento político; classe trabalhadora.

## **Abstract**

This article studies some aspects of the political culture of the Brazilian working class, based on the results of a 1990 survey.

Contrary to a current thesis, the author affirms that the prevalent aspect in the worker's opinions and political attitudes is the support to democracy.

**Keywords:** political culture; democracy; political behavior; working class.

---

<sup>1</sup> Paper apresentado na Reunião Anual da Latin American Studies Association - LASA, Atlanta, Georgia, 12 de março de 1994.

## **Introdução**

As relações entre a cultura política das classes trabalhadoras e a democracia política não são imediatas. Isto acontece particularmente no caso da América Latina desde o período pós-guerra, no qual a instabilidade e a mudança de regime, bem como as formas de intermediação de interesses e de representação, externos à matriz clássica do pluralismo, deixam espaço para interpretações diferentes e freqüentemente contraditórias. De forma freqüente, as explicações para os colapsos autoritários e democráticos, assim como para estabilidade política, se baseavam na culpa ou na valorização das orientações políticas da classe trabalhadora<sup>2</sup>. Da mesma forma, debates sobre a origem de fenômenos como o corporativismo de Estado e o populismo, freqüentemente procuraram tornar-se mais claros ao buscar as respostas em nível individual do proletariado latino-americano quanto ao contexto político (KIRKPATRICK, 1971; SCHMITTER, 1971). Por outro lado, análises em alguns países revelaram, de maneira consistente, não haver congruência entre as atitudes políticas dos trabalhadores e o grupo de valores e regras políticas que caracterizam o regime (BOOTH e SELGSON, 1984; TIANO, 1986), o que, à luz das afirmações anteriores, deixou um enigma ainda maior a ser resolvido.

Com certeza o Brasil não foi exceção nesta confusão acadêmica sobre as relações entre trabalhadores e democracia. De fato, o caso brasileiro pode servir para ilustrar como argumentos contraditórios encontraram terreno fértil sob o mesmo teto. Minha intenção com este artigo é focar a questão das bases atitudinais de apoio de classe à ordem política do Brasil nos anos 1990<sup>3</sup>. Assim, implica questionar as fontes da democracia, mais especificamente sobre: 1) a distribuição geral de opiniões sobre questões-chave na mensuração do apoio à democracia; 2) os níveis de consistência deste apoio; e 3) a estrutura atitudinal e social deste apoio.

---

<sup>2</sup> Sobre o papel das atitudes da classe trabalhadora em colapsos democráticos ver Kickpatrick (1971); sobre seu papel em colapsos autoritários, ver Keck (1989). Para um exame sobre o papel das orientações dos trabalhadores favoráveis à estabilidade autoritária, ver Cohen (1982) e favoráveis a estabilidade democrática, ver Rueschemeyer et al. (1992).

<sup>3</sup> A seguinte análise baseia-se sobre uma das pesquisas mais amplas ocorridas no Brasil, realizada pelo Consórcio Datafolha-CEDEC nos dias 3 e 4 de março de 1990, com uma amostra aleatória de 145 municípios, incluindo todas as capitais de estado com um número total de 2.480 entrevistas efetivas. A amostra é baseada em múltiplos estudos, desenho probabilístico aleatório com uma margem de erro registrada de  $\pm 2,3$  por cento. A pesquisa pertence ao Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas. As questões por extenso utilizadas nesta análise encontram-se no Apêndice.

### **Reexaminando a hipótese do autoritarismo da classe trabalhadora**

As teorias sobre as orientações da classe trabalhadora com relação à democracia tem tradicionalmente retratado um cenário sinistro. De um lado, a noção do autoritarismo da classe trabalhadora (KORNHAUSER, 1959; LIPSET, 1960) tem sido bem poderosa a este respeito, atuando como um incentivo direto para alguns dos mais abrangentes estudos baseados em *surveys* em certos países latino-americanos (RANIS, 1991; TIANO, 1984). Isso também implicou, em grande parte, um contraste interclasses, com outras categorias ocupacionais (empregadores) ou classes sociais (classe média e alta), inicialmente vistos como hipoteticamente menos autoritários. Por outro lado, a noção de coerência entre valores de grupo e formas de autoridade política (ECKSTEIN, 1966), e a noção dos efeitos de socialização de instituições sobre orientações de grupos, também adotou uma série de estudos de base empírica na área (COHEN, 1982; BOOTH e SELIGSON, 1984).

A evidência empírica revelou uma classe trabalhadora:

1) que está, inequívoca e conscientemente, longe de ser oposta às formas, regras e atores democráticos; 2) não mais autoritária que outros grupos sociais; 3) e não necessariamente coerente com o contexto político (seja democrático ou autoritário).

Os dados de 1990 mostram que o apoio ao regime, em nível geral e abstrato, conta com uma maioria de respondentes da classe trabalhadora que favorecem a democracia em relação à ditadura (veja Tabelas 1a e 1b). Com ligeiras variações, este apoio permanece muito inalterado quanto a princípios e normas específicos à democracia, a saber, o tipo de governo, o sistema partidário, a extensão do direito de voto, e o equilíbrio entre as regras da maioria e os direitos da minoria: a opinião pró-democrática nestes quatro itens é em média de 51,8%, o que está muito próximo da preferência pró-democrática em nível geral. Contudo, as opiniões divergem significativamente no que se refere às opções não-democráticas: em média, 31,8% dos trabalhadores favorecem restrições quanto à natureza civil, pluralista, universalista e cívica do regime político, em contraste com menos de 19% que escolheram uma ditadura. A diferença aumenta de forma clara com as respostas de meio termo (exceto pelo último item de direitos da maioria\minoría), o que indica uma importante polarização atitudinal nas regras políticas básicas que regulam os regimes políticos em um nível mais familiar e cotidiano. Obviamente, há uma lacuna parcial entre o nível abstrato e o nível concreto de apoio à democracia<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Este achado combina com os resultados de análises de apoio à democracia originais, entre públicos americanos, feitas por Prothro e Grigg (1960) e McClosky (1964).

O quanto estes padrões de respostas são típicos da classe trabalhadora? Um olhar sobre a distribuição de opinião dos empregadores auxiliará o tratamento desta questão e a colocar em perspectiva as preferências dos trabalhadores. Conforme as Tabelas 1a e 1b mostram, os empregadores têm uma atitude mais positiva em relação à democracia, embora apresentem um índice de aprovação do regime autoritário ainda maior. Em um nível específico, os empregadores parecem também mais democráticos do que autoritários (exceto por sua atitude quanto ao voto universal)<sup>5</sup>, o que aparentemente reforçaria o “autoritarismo da classe trabalhadora”, hipótese originalmente desenvolvida por Lipset e outros. Igualmente, a média aritmética entre-itens também revela os empregadores como um grupo mais fortemente comprometido com a democracia e menos com o autoritarismo do que os trabalhadores, já que 55,5% deles escolheram a opção democrática *versus* 29,2%, que escolheram a opção oposta.

Entretanto, a diferença entre-classes torna-se falsa quando sua significância estatística é testada. Isso é revelado por uma diferença *standardizada* do teste de proporções, aplicado para a preferência pela democracia ao nível geral, após o contraste de ambas as sub-amostras<sup>6</sup>. De acordo com ele, as diferenças são resultado do acaso. Não raramente, estudos sobre as não-semelhanças entre-classes referentes a atitudes políticas têm ignorado este teste preliminar.

De fato, uma reação tipicamente acadêmica quando confrontada a diversidade atitudinal entre-classes tem procurado indicar a natureza ilegítima de tais diferenças, mesmo antes de testar seu significado estatístico real. O argumento sobre a ilegitimidade enfatizaria, assim, a natureza não-relacionada das diferenças aparentes, e traria a atenção para o impacto que as desigualdades prévias na educação, renda ou interação social podem ter na visão política de cada grupo (veja por exemplo MULLER et al., 1987). Assim, mesmo após o nosso teste de diferenças de proporções parecer descartar a noção de variação entre grupos, podemos considerar checar as diferenças percentuais entre-classes num teste secundário.

Educação e participação têm sido “os suspeitos usuais” a este respeito, pela suposição de que as diferenças entre-classes apenas refletiriam diferenças em escolaridade, interesse e/ou participação política. A este respeito, o argumento estabeleceu que menores oportunidades cognitivas e/ou de envolvimento disponíveis aos membros da classe trabalhadora, comparadas com as dos empregadores, explicavam a variação entre ambos os grupos. Menos frequente-

---

<sup>5</sup> Esta exceção se encaixa bem a achados empíricos anteriores por McDonough (1981) e Rochon e Mitchell (1989), assim como afirmações teóricas sobre o elitismo da classe alta e média alta de Weffort (1989).

<sup>6</sup> A pontuação Z é igual a 1,27 o que é significativo apenas ao nível de 0,10 para testes de 1 cauda. Isso chama a atenção para o tamanho do “n” de cada grupo, como responsável pelas diferenças aparentes. A estatística foi obtida através do cálculo da raiz quadrada da seguinte soma:  $P^*Q/n1 + P^*Q/n2$  onde  $P=[p1*n1 + p2*n2]/n1+n2$  e  $Q=1-P$

mente, dados demográficos como gênero, idade, e/ou renda, e atitudes básicas, como ideologia e/ou níveis de satisfação também entraram em consideração. Com certeza, a existência de diferenças entre os grupos para essas variáveis ajuda a manter parte da força deste argumento<sup>7</sup>.

Um olhar inicial sobre as diferenças entre-classes nos níveis médios de todas estas variáveis pareceria endossar a hipótese da ilegitimidade, ou seja, que a lacuna entre trabalhadores e empregadores em relação a seu apoio democrático depende não tanto da divergência real baseada em posições de classe, mas das limitações estruturais em que cada grupo vive. Entretanto, maior evidência empírica sugere que aquela ilegitimidade pode não ser todo o problema (veja Tabela 2). Uma análise da covariância testando a influência específica exercida por cada uma destas variáveis sobre a relação entre *status* profissional e preferência por regime político revela que seus efeitos são desprezíveis. Exceto por diferenças de idade, nenhuma outra covariante usada aqui contribui de maneira significativa para explicar a variação no apoio à democracia<sup>8</sup>. Além disso, o efeito do *status* de classe (dicotomizado em trabalhadores e empregadores) quanto às orientações democráticas, após serem ajustados para o efeito individual de cada covariante, é também não-significante estatisticamente, o que combina com as descobertas anteriores pelo teste de diferença de proporções. Esta evidência revela que, sobretudo, ser membro da classe trabalhadora não envolve diferença significativa em relação a preferências democráticas ou antidemocráticas. Como uma conclusão preliminar pode-se dizer que: 1) uma grande maioria dos membros da classe trabalhadora apóia uma política democrática, regulada por leis e princípios democráticos; 2) trabalhadores, em nível geral, não manifestam orientações de regime realmente diferentes das de seus empregadores; e 3) apesar de diferenças

---

<sup>7</sup> As médias para cada grupo foram as seguintes:

	Trabalhadores	Empregadores
Educação	3,32	4,41
Idade	33,00	39,40
Satisfação com a vida	4,28	5,53
Ideologia	4,30	4,37
Interesse político	- 0,02	- 0,19
Participação Convencional	0,12	- 0,10

Interpretando estes valores médios deve-se considerar que a educação é medida numa escala de oito graus (onde valor 1 refere-se a nenhuma educação e 8 para nível universitário), idade é medida em anos, satisfação com a vida vai de 1 a 9 (onde o valor mais baixo significa grande insatisfação), ideologia é medida numa escala de sete graus (com valor 1 medindo inclinações de extrema esquerda e 7, extrema direita), e interesse e participação são índices compostos (com valores negativos implicando comportamento ativo e valores positivos implicando passividade; quanto maiores os valores, mais ativas ou passivas as posturas de cada grupo - veja páginas 9 e 10 e a tabela 5).

<sup>8</sup> Estes achados não coincidem portanto com evidências anteriores reportadas por Tiano (1986), que encontra pequena correlação com educação, mas grande com participação.

na formação social e política, estas não têm um papel relevante para explicar a variação do compromisso dos trabalhadores com a democracia.

### **Comparando crenças democráticas: padrões de consistência**

A lacuna parcial entre orientações com relação aos itens democráticos, aos níveis geral e específico, lida com a questão da consistência de opinião dos respondentes. Este é um tópico importante geralmente desconsiderado, já que as opiniões mudam com o tempo, e os comportamentos incongruentes usualmente podem ser compreendidos mais como resultado de um baixo controle entre atitudes, do que de uma instabilidade valorativa, um repentino desencanto político, ou comportamentos sociais movidos pelo conformismo<sup>9</sup>.

A bibliografia sobre consistência de atitudes demonstrou há muito que as orientações das massas são pouco controladas, sem esperança real de encontrar algo como um consenso bem estruturado em questões políticas (MCCLOSKEY, 1964; CONVERSE, 1964; MANN, 1970). Ainda assim, a idéia de consenso - como uma extensão do conceito de conciliação - tem sido tão central para análises da cultura política brasileira, que permanece uma suposição básica de muitas pesquisas (SCHMITTER, 1971; DA MATTA, 1991).

A técnica mais familiar para abordar a consistência, em nível agregado, tem sido a correlação entre-itens, entre diferentes pares de indicadores: quanto maior e mais homogênea a correlação, quanto maior a coação de atitude, mais estruturado o consenso. A Tabela 3 mostra as matrizes de correlação para trabalhadores e empregadores. Um olhar sobre ambas revela que 1) a consistência total é pequena; e 2) os empregadores têm correlações entre-itens mais altas (de oito em dez); todavia, apenas uma destas é estatisticamente significativa, tornando a maior consistência dos empregadores apenas aparente.

Ao nível individual, as atitudes apresentam um aspecto similar. Começando com aqueles que no item de nível geral escolhem a opção democrática, e acompanhando suas respostas pró-democráticas ao longo de todos os itens em nível específico, encontrei apenas um em sete trabalhadores totalmente consistente, enquanto a proporção entre empregadores é de um em cinco. A Figura 1 ilustra este padrão. Aqui novamente, uma espécie de clivagem de classe parece apontar para algumas diferenças no valor. Mas, conforme os critérios são levemente afrouxados (adicionando o considerado "consistente" - todos os que escolhem

---

<sup>9</sup> Este tipo de argumento que enfatiza os movimentos de opinião em nível superficial ao longo do tempo, sem considerar os graus de consistência da opinião em diferentes momentos em que as opiniões foram pesquisadas são encontrados nas primeiras análises de opinião pública durante o período da Nova República. Ver, por exemplo, Moisés (1989), Muszynski e Teixeira Mendes (1990), e Lamounier e Hubner (1992).

respostas pró-democráticas em todos os itens - aos que assim agem em todos os itens, exceto em um, e escolhendo portanto a resposta “meio-termo”), as proporções para ambas as classes coincidem em 28%. Isso significa que, mesmo quando adotada uma estrutura menos exigente e mais realista para a análise da consistência de atitude, apenas pouco mais de um quarto daqueles que se alinham com a democracia revelam orientações democráticas totalmente controladas, ou o que pode ser chamado de uma ideologia democrática. Para todos os outros que misturam crenças inconsistentes, a preferência pela democracia ao nível geral pode ser compreendida de duas maneiras: 1) como resultado de uma subconceituação da democracia, devido a valores nominais positivos que a palavra “democracia” adquiriu universalmente, embora desprezada no que se refere a outras implicações conceituais (ou seja, mantendo democracia como um “conceito-no-vácuo”), ou, 2) como resultado de uma conceituação incorreta de democracia, na forma de uma reificação popular do regime democrático ao lado de valores políticos tradicionais, como, por exemplo, elitismo e populismo.

### **Medindo crenças democráticas**

Essa subconceituação dominante ou conceituação errada de democracia em termos abstratos gerais poderia prejudicar qualquer tentativa de analisar as bases reais das atitudes da classe trabalhadora (e dos empregadores) quanto à democracia. Neste sentido, há uma necessidade de extrair uma outra dimensão, embora claramente política, de democracia; ou seja, uma variável abrangendo um sentido significativo de democracia. Minha escolha é por uma variável que articule a noção de anti-autoritarismo. Primariamente, isso acompanha a tendência internacional naquelas sociedades que recentemente passaram de uma ordem autoritária para uma democrática, onde um padrão de opiniões negativas com relação às práticas e rotinas do regime anterior destaca-se como o mais claro e reconhecível padrão atitudinal<sup>10</sup>. A este respeito, a suposição é que o anti-autoritarismo reflete uma base de julgamento democrático mais familiar e significativo para a massa do que qualquer opção abstrata por um regime político. Finalmente, o reconhecimento de uma segunda dimensão válida para analisar orientações democráticas e paralela a ênfase dada a multidimensionalidade de sentidos e percepções da democracia postulada, por estudos anteriores sobre a opinião pública brasileira (MCDONOUGH, 1981; ROCHON e MITCHELL, 1989).

---

<sup>10</sup> Estudos na Espanha (MCDONOUGH et al., 1986), Argentina (CATTERBERG, 1991; ECHEGARAY, 1989) e Chile (FLISFISCH, 1988) e mais recentemente na Europa Oriental (TIMES MIRROR, 1991) revelaram de maneira consistente que as atitudes negativas em relação ao regime pré-democrático são mais rapidamente desenvolvidas pela massa do que noções estruturadas como republicanismo e liberalismo político.

Esta segunda variável dependente origina-se como um índice composto de três indicadores, derivados da análise dos principais componentes. Os três indicadores referem a: 1) aceitação ou rejeição do uso político da violência; 2) concordância ou discordância com a política de partido único; e 3) apoio ou oposição a um novo governo militar. Os três evocam um componente único, o *eigenvalue* é 1,42, responsável por 47,5% da variação dos itens. Os fatores são, respectivamente, 0,68, 0,75 e 0,70 em números arredondados. A ligação desta nova variável com a preferência por regime político é expressa pela correlação ( $r=0,23$  para trabalhadores e  $r=0,45$  para empregadores, ambos significantes em  $p < 0,01$ ), o que reflete uma relação importante entre duas variáveis dependentes fazendo sua existência redundante. Neste sentido, não tomarei o anti-autoritarismo como um substituto de escolha de regime, mas como um substituto de valores democráticos. Minha intenção não é substituir um pelo outro, mas focar com mais detalhe o anti-autoritarismo, dadas as insuficiências da variável de preferência por regime já debatidas.

### **Explorando as fontes das crenças democráticas**

O estudo dos determinantes das atitudes da classe trabalhadora em relação à democracia tem alternativamente enfatizado as variáveis atitudinais e demográficas. Entre as atitudes, foram vistos como os principais efeitos as orientações instrumentais, seja na forma das relações precisadas pelo ambiente político (DAVIS e SPEER, 1991) ou da aquiescência a um estado paternalista e provedor (um “Leviatã benevolente” como chamado por COHEN, 1982). De maneira similar, considerou-se como principais preditores as orientações expressivas na forma de crenças normativas e liberalismo político, atitudes em relação ao conflito (COHEN, 1982), auto-identificação ideológica e pós-materialismo (INGLEHART, 1990). Fortemente relacionados a este grupo, os níveis de interesse político, de participação convencional e de satisfação de vida também foram considerados fundamentais (KAASE e BARNES, 1979; INGLEHART, 1990). Além disso, conforme parcialmente discutido na primeira parte, as diferenças de educação e idade foram encaradas como grandes determinantes.

Meu enfoque aqui é atingir a importância relativa da maior parte destes grupos de variáveis considerando seus efeitos simultâneos (assim como captando os modelos teóricos subjacentes) moldando tanto as atitudes anti-autoritárias dos trabalhadores quanto seu contraste com as atitudes dos empregadores.

*Argumentos instrumentais*

Os argumentos instrumentais pressupõem que a utilidade percebida e/ou o real equilíbrio de custo-benefício determinam o grau de compromisso democrático da classe trabalhadora. Em suma, a extensão da recompensa ou da privação material sob o regime existente anterior tende a moldar a base do apoio político. Uma versão ligeiramente diferente coloca a ênfase sobre o comportamento econômico do estado nas atitudes políticas dos indivíduos, em vez de no impacto do desempenho do regime, o que pode levar a uma “despolitização” da análise (devido a sua natureza econômica inerente) mas traz uma visão mais realista da relação entre orientações instrumentalmente motivadas e resultados macropolíticos. De qualquer forma, a evidência não é conclusiva. Davis e Speer (1991), por exemplo, em seu estudo sobre as atitudes dos trabalhadores no México e Venezuela, encontraram que a segurança econômica pessoal direciona pouco as atitudes políticas. Por outro lado, o estudo de Cohen (1982) sobre os trabalhadores brasileiros relaciona empiricamente as opiniões não-democráticas e as atitudes acomodadas em relação à ordem autoritária como resultado da eficácia do estado como provedor; para ele, a dependência econômica para com o estado explica a preferência dos trabalhadores pelo regime e normas políticas.

Curiosamente, a noção de Cohen de um “Leviatã benevolente” não estabelece um tipo específico de regime político, embora historicamente, precise estar ligado no caso do Brasil ao regime autoritário<sup>11</sup>. O que sua noção prescreve com certeza é a relação paternalista do estado com as classes baixas, baseada no assistencialismo e na segurança econômica. A partir da perspectiva da motivação instrumental das atitudes, um significado central a esta noção é o grau de protecionismo atribuído ao Estado. Desta maneira, um índice de “protecionismo de Estado” é criado para testar o efeito da hipótese instrumental em atitudes democráticas. A variação entre trabalhadores (e empregadores) assegura a confiança estatística desta medida (ver Tabela 4). Além disso, as distribuições se encaixam em expectativas intuitivas e teóricas da classe trabalhadora, aceitando melhor o governo paternalista, se comparadas aos empregadores.

Admitindo as orientações do “Leviatã benevolente” entre os trabalhadores, e considerando os esforços movidos pela justiça social, para a mobilização da classe trabalhadora durante o final da década de 1970, que também auxiliaram a acelerar o caminho da democratização (KECK, 1989), espera-se encontrar um impacto forte

---

<sup>11</sup> Basicamente, estou me referindo ao “Estado Novo” de Getúlio Vargas de 1937 a 1945, e a notável manutenção de sua estrutura corporativista, hierárquica e protetora durante os governos militares que sucederam o movimento de 1964 (SCMITTER, 1971; LAMOUNIER, 1989; SCHNEIDER, 1991). É claro, esta referência coincide com os dados de Cohen que datam de 1973-74, ou seja, o auge do período autoritário.

e positivo do protecionismo de Estado e das atitudes democráticas. Entre os empregadores, por outro lado, esta relação deveria ser mais fraca mas também positiva, dado o padrão histórico das vantagens econômicas conseguidas pela comunidade empresarial depois das maiores intervenções sociais do setor público.

#### *Argumentos expressivos*

Os argumentos expressivos são basicamente construídos a partir da suposição de que as atitudes políticas são melhor explicadas por outras atitudes políticas, do que por variáveis não estritamente políticas ou não estritamente atitudinais<sup>12</sup>. O problema aqui é posto pela multidimensionalidade virtual das atitudes políticas. Davis e Speer (1991), por exemplo, operacionalizam orientações expressivas para a política com base na apreciação individual da equidade distributiva e estrutural, assim como da auto-definição ideológica. Booth e Seligson (1984) usam indicadores de tolerância e participação políticas. Tiano (1986) escolhe trabalhar com índices de alienação e envolvimento políticos. Ranis (1991) escolhe a auto-identificação ideológica, preferência partidária, aspirações sócio-políticas, e o grau de compreensão cívica da democracia. Cohen (1982), pelo contrário, refere-se a tolerância política, aos níveis de conhecimento e interesse político, e as atitudes perante o conflito e a responsabilidade do governo.

Com certeza, cada fator tem um diferente papel em termos de sua força relativa e efeito na determinação de atitudes democráticas básicas para os diferentes dados. Além disso, alguns determinantes, tais como a ideologia, constituem em si uma dimensão particular de orientação expressiva, encorajando seu tratamento em separado daquelas variáveis que lidam com um significado mais amplo e mais atitudinal. Outros determinantes, tais como interesse e participação política, podem ser considerados mais como pré-requisitos semi-estruturais de orientações democráticas, merecendo um lugar distinto.

A escolha de determinantes deste tipo é conduzida em grande medida, pela relativa convergência de indicadores utilizados por diferentes estudiosos. Estes são: tolerância política, ação de protesto, interesse político, participação convencional e auto-definição ideológica. Conforme dito no parágrafo anterior, suponho que embora todas estas variáveis relacionem-se à categoria das orientações expressivas para a política, elas desenvolvem-se como dimensões relativamente independentes. Enquanto tais, sugerem diferentes sub-modelos quanto às bases subjacentes às atitudes democráticas, as quais - por sua vez - pedem uma análise separada do impacto de cada variável.

---

<sup>12</sup> Uma importante afirmação desta posição encontra-se originalmente no trabalho de Campbell et al. (1960). Mais recentemente, o trabalho de Inglehart (1990) sobre pós-materialismo tornou-se uma referência central.

### *Tolerância política*

A tolerância política refere-se ao grau de aceitação de expressões de inconformismo político. Evidência anterior sugere um difundido apoio à censura, predisposições anti-contestação (anti-greve) majoritárias e um apoio minoritário à autonomia de organização dos trabalhadores dentre os membros desta classe (COHEN, 1982)<sup>13</sup>, todos resultados claramente relacionados com orientações não-liberais e não-democráticas. Assim, um teste do impacto real da tolerância nas atitudes democráticas parece particularmente relevante. Este preditor é derivado de uma análise de componente principal com base em quatro itens<sup>14</sup>, o que traz uma dimensão única (eigenvalue = 2,36). Como um índice composto, sua distribuição entre-classes é medida de forma mais significativa através de médias. Os trabalhadores obtêm uma média de -0,09, versus -0,14 para os empregadores. Esta diferença na pontuação implica uma variação insignificante nos níveis de tolerância política entre ambos os grupos, com o primeiro sendo levemente menos tolerante que o segundo. Curiosamente, nenhum grupo registra perdas (missing cases), o que define estas questões como bem compreensíveis a estes grupos.

### *Ação política*

A ação de protesto refere-se ao registro individual de envolvimento em ação nãoconvencional. Ela envolve principalmente uma forma conflitante de interação, que torna esta variável de extremo interesse dada a suposição, há muito vigente, de que atitudes políticas brasileiras são movidas por uma busca de conciliação em vez de conflito (DA MATTA, 1990). A evidência de Cohen, já discutida no parágrafo anterior, encaixa-se nesta suposição, tal como ilustra a disposição anti-contestação, sendo sua interpretação a de que trabalhadores tendem a concordar com a busca do governo pela harmonia e paz social, em vez de se oporem a ele. Relacionados a esta variável estão a participação convencional e o interesse político, tradicionalmente utilizados na bibliografia acadêmica como preditores cruciais das orientações democráticas (BOOTH e SELIGSON, 1984; TIANO, 1986; GEDDES e

---

<sup>13</sup> Assim como para o início dos anos 1970, 70% dos membros da classe trabalhadora eram favoráveis à restrições à imprensa, também 70% concordavam que “mesmo que haja uma boa razão, a greve não deveria ser permitida aos trabalhadores” e 67,5% condenavam qualquer ação grevista. Finalmente, apenas 7,4% eram favoráveis à diminuição do controle do estado sobre as sindicatos (ver Cohen, 1982).

<sup>14</sup> A questão “Você concorda ou discorda que o governo (ITEM 1) use a polícia contra as demonstrações de rua; (ITEM 2) processe aqueles que se opõem à sua autoridade; (ITEM 3) indicie legalmente os manifestantes; (ITEM 4) use tropas para por um fim às greves? Concorda, Discorda, Depende, Não Sabe”. As categorias são registradas numa escala indo de discordância (tolerância política) para concordância (intolerância política). Os *factor loadings* para cada item são 0,77, 0,76, 0,80 e 0,73 respectivamente.

ZALLER, 1989). Mas, pelo menos no caso brasileiro, a suposição dos estudiosos de que há uma apatia e falta de conhecimento da classe trabalhadora levou a enfatizar uma direção negativa destas relações<sup>15</sup>. Com certeza, esta evidência mista torna particularmente interessante testar os efeitos destas variáveis.

As variáveis são derivadas de uma análise de componentes principais realizada através de oito itens diferentes. Três fatores emergem explicando 59,5% da variação dos itens, cada um sobre *eigenvalue* maior que 1. Respectivamente, elas referem-se à ação de protesto, participação convencional e interesse político. Uma análise fatorial de rotação oblíqua mostra a clara independência entre eles, com a maior inter-relação entre-fatores igual a 0,28. Conforme previamente realizado para índices compostos independentes, eles fazem mais sentido se lidos em termos de médias através das classes. A Tabela 5 resume todas as informações relevantes a este respeito.

Os dados revelam diferenças notáveis entre as classes. Enquanto os membros da classe trabalhadora expressam uma maior vontade de seguir ações informais que seus empregadores, eles mostram menores níveis de interesse político e de participação convencional. Isso significa que, em 1990, apenas parte do que havia sido a visão tradicional sobre as atitudes dos trabalhadores podia ainda encontrar apoio. Certamente, o divisor de águas quanto à organização dos membros da classe trabalhadora que seguiram os anos de “descompressão” do regime, através da sindicalização de massas e da emergência do Partido dos Trabalhadores, teve de fato um efeito poderoso na disposição deste grupo quanto à política. Dadas estas diferenças significativas entre ambas as classes, deveríamos esperar que estas três variáveis tivessem um importante papel como preditor de orientações democráticas.

#### *Argumentos ideológicos*

Uma última variável inclusa no grupo de argumentos ideológicos expressivos é a ideologia, e ela obedece, como já dito, à difundida noção segundo a qual a posição de alguém no espectro político é um determinante importante das preferências por regime, assim como de inclinações autoritárias e anti-autoritárias (DABIS e SPEER, 1991). Neste caso, a variável é operacionalizada como a auto-definição do respondente numa escala de 7 graus em que o valor mais baixo significa “extrema esquerda” e o mais alto “extrema direita”. A moderação

---

<sup>15</sup> A noção de “amorfismo político” como caracterizadora de atitudes de massa em relação à política tem permeado boa parte da bibliografia (MARTINS, 1979). o estudo de Cohen sobre as atitudes da classe trabalhadora também revela que 80% de sua sub-amostra não expressava nenhum interesse em política, enquanto 89% não conheciam os Atos Institucionais decretados pelo governo militar, e 66% ignorava que partido político estava na oposição.

ideológica dos brasileiros, apelidada de “centrismo invertebrado”<sup>16</sup> é notável, independente de classe: a média dos trabalhadores é igual a 4,30, enquanto a dos empregadores é igual a 4,37, revelando quase nenhuma diferença.

#### *Argumentos psicológicos*

Em algum lugar entre as atitudes econômicas e as políticas está a variável de satisfação de vida. Embora ausente daquelas análises empíricas aqui utilizadas como referência, os principais estudos internacionais apontaram firmemente para isso como um preditor central das inclinações democráticas (INGLEHART, 1990). Em termos teóricos, esta variável pressupõe que os estados psicológicos individuais são as principais determinantes de atitudes políticas. Por isso, ela deveria ser incluída sob a expectativa de que diferentes níveis de satisfação de vida moldariam de forma importante as orientações dos membros do grupo perante regimes e valores políticos. Medida numa escala de 9 pontos, onde a ponta inferior significa níveis extremamente baixos de satisfação, as diferenças de classe parecem ser relativamente importantes, com média de 4,28 para trabalhadores e de 5,53 para empregadores; conseqüentemente, pode-se esperar um efeito mais positivo no apoio democrático para o segundo grupo.

#### *Argumentos sócio-demográficos*

Finalmente, variáveis demográficas tais como educação e idade estão consideradas aqui, seguindo não apenas suposições teóricas mas também evidência empírica (entre estudos internacionais relevantes para esta discussão, ver ALMOND e VERBA, 1963; MULLER et al., 1987; INGLEHART, 1990; BOOTH e SELIGSON, 1992). Elas são parte do modelo que estabelece as características da formação social como as determinantes mais relevantes e estáveis das atitudes políticas, a saber, que altos níveis de educação encorajam mobilização cognitiva, valores liberais e expectativas participativas; enquanto diferenças de idade sob circunstâncias históricas de mudança no regime (como no Brasil) poderiam traduzir-se em clivagens de geração resultantes de diferentes efeitos de socialização, com as coortes mais jovens (expostas ao ambiente de liberação e democratização do final dos anos 1970 e anos 1980) apoiando as práticas democráticas mais que as coortes mais velhas. Embora um exame prévio de ambos não tenha revelado nenhum efeito significativo sobre preferência por regime, é necessário considerar seu impacto no anti-autoritarismo. As distribuições por

---

<sup>16</sup> Maria do Carmo C. de Souza, “Nova República Brasileira: sob a espada de Dâmocles”. In: Stepan (org.). *Redemocratizando o Brasil*, SP: Paz e Terra, 1989.

classes mostram os trabalhadores como mais jovens e com menor escolaridade que os empregadores. A média de idade do primeiro grupo é de 33 anos com uma escolaridade média levemente superior que o primeiro completo (3,32), enquanto as médias para o segundo grupo são 39,4 anos de idade e nível de escolaridade próximo a superior completo (4,41)<sup>17</sup>. De acordo com as relações teóricas já apresentadas, deveria-se esperar por um cancelamento mútuo de efeitos, com a contribuição de uma coorte mais jovem, sendo invertido por um baixo nível de alfabetização entre respondentes da classe trabalhadora e o equilíbrio oposto para os empregadores.

#### *Modelos de anti-autoritarismo e apoio à democracia*

Para determinar as bases do anti-autoritarismo e a preferência pelo regime democrático entre trabalhadores, é necessário avaliar, primeiramente, o grau em que as variáveis consideradas como preditores são independentes umas das outras. A natureza dos preditores pode levar a se pensar em alguns problemas de colinearidade entre hábitos expressivos (por exemplo, tolerância política refletindo clivagens ideológicas), ou entre atitudes e dados demográficos (por exemplo, interesse político refletindo diferenças de idade ou educacionais). A Tabela 6 mostra que os problemas de colinearidade não afetam os dados de forma dramática. No total, o índice Pearson de correlação inter-variáveis entre trabalhadores atinge 0,13 (ela chega a 0,19 considerando-se apenas as correlações estatisticamente significativas), indo de um mínimo de 0,02 (como entre tolerância política e satisfação de vida, por exemplo) até um máximo de -0,39 (entre interesse político e escolaridade). Para empregadores, a média global de correlação é igual a 0,17 (chega a 0,39 considerando-se apenas as três correlações estatisticamente significantes) com um mínimo de 0,00 (entre ação de protesto e escolaridade) e um máximo de -0,42 (entre ideologia e escolaridade). Neste sentido, é bem clara a ausência de dependência problemática entre preditores; além disso, se for verdade que, por exemplo, a escolaridade está substancialmente relacionada aos níveis de interesse e de participação, ela está ainda longe de tornar-se um substituto destes.

---

<sup>17</sup> A escolaridade é medida por uma escala de 8 pontos, com a categoria 1 aplicada àqueles sem nenhuma escolaridade (5,3% dos trabalhadores e 2,2% dos empregadores), categoria 2 para escola primária incompleta (43,4% para trabalhadores e 31,4% para empregadores), categoria 3 para primário completo (13,8% de trabalhadores e 6,0% de empregadores), categoria 4 para ginásial incompleto (9,5% para trabalhadores e 7,1% de empregadores), categoria 5 para ginásial completo (14,4% trabalhadores e 15,4% empregadores), categoria 6 para colegial incompleto (6,9% trabalhadores e 19,5% empregadores), categoria 7 para colegial completo (6,1 % trabalhadores e 11,8% empregadores) e categoria 8 para grau universitário (0,6% de trabalhadores e 6,6% empregadores). Não houve “missing cases”.

O próximo passo, então, é estimar a força relativa de cada variável independente na formação das orientações dos trabalhadores (e empregadores) perante a democracia. Uma abordagem de análise multivariada e portanto necessária. Apenas por estes meios é possível avaliar os vários modelos subjacentes às variáveis acima descritas.

#### *Modelos instrumentais e expressivos*

A Tabela 7 resume os resultados da análise de regressão múltipla para os diferentes modelos. A coluna 1 apresenta os resultados para o modelo instrumental de orientações, no qual apenas o índice atitudinal relativo a protecionismo de Estado está incluído. Ela revela que costumes instrumentais exercem, sozinhos, um efeito significativo e relativamente importante sobre o anti-autoritarismo, seguindo a direção na qual tendências pró-paternalistas estão ligadas a uma instância anti-autoritária. O coeficiente não-estandardizado diz que, para cada trabalhador extra que acolhe as atitudes de bem-estar, ao invés de uma escolha completamente individualista (ou seja, um salto de 1 para 5, veja Tabela 4), é possível esperar um aumento médio de opiniões anti-autoritárias de 1%. Contudo, o poder total de explicação deste preditor é bem fraco, responsável por apenas 2% da variação da variável dependente, e com uma contribuição desprezível para a redução no erro médio do preditor<sup>18</sup>.

Isso certamente desafia a duradoura suposição (baseada na teoria da modernização) que liga as orientações de responsabilidade individual às tendências anti-autoritárias, e que encaixam de forma mais apropriada a experiência da classe trabalhadora sul-americana de inclusão política e compromisso democrático nas bases de uma mobilização dirigida pelo Estado e por garantias de bem-estar. Assim, também está desafiada a hipótese “conformista” apresentada por Cohen para as classes trabalhadoras brasileiras nos anos 1970. Nos anos 1990, os trabalhadores se tornaram politicamente menos autoritários na medida em que vêm se mantendo vinculados a uma visão mais paternalista do Estado. Assim, a condição para orientações democráticas crescentes não foi a erosão da atitude do “Leviatã benevolente” enquanto tal, mas seu deslocamento para um governo novo, eleito democraticamente.

A coluna 2 da Tabela 7 traz os resultados da dimensão liberal de orientações expressivas em política. Seu efeito é tanto estatisticamente significativo, quanto de notável importância, revelando a tolerância política como uma pré-condição chave para o desenvolvimento de valores anti-autoritários entre trabalhadores. Todavia, a

---

<sup>18</sup> O desvio-padrão original da escala de anti-autoritarismo é de 1,04. No mais, o protecionismo de Estado apenas auxilia a reduzir o *error spread* em cerca de 1 por cento.

adequabilidade da curva permanece pequena, explicando 8% da variação da variável dependente e reduzindo o erro padrão desta em apenas 5%. Este quadro certamente coincide com as expectativas teóricas que vinculam o liberalismo político às preferências democráticas, mostrando que apesar de algumas armadilhas ao nível de limites atitudinais, como já discutido, algumas relações básicas permanecem teórica e intuitivamente perfeitas. De acordo com isso, a valoração da ordem democrática entre trabalhadores alimenta-se da rejeição de formas de governismo radical e do ideal de uma harmonia social radical, desde que impliquem uma imposição de restrições (legais ou físicas) à livre expressão política.

#### *Modelos de ação política*

O terceiro modelo é ilustrado pela coluna 3. Ela mostra a extensão na qual atitudes em relação ao Estado e à tolerância política afetam o anti-autoritarismo, controlando cada efeito de preditor pelo outro. Conforme esperado, os coeficientes de regressão não registram qualquer mudança dramática, mantendo sua significância estatística, seu sinal, e seus valores similares. Comparando o seu efeito dentro de valores padronizados, a tolerância política mais do que dobra o impacto do protecionismo de estado, com um valor beta de 0,29 para o primeiro e 0,12 para o segundo. Isso significa que considerações liberais são menos importantes que interpretações do papel social do Estado para estimular um consenso democrático. Portanto, a dominação de fatores políticos sobre econômicos deve ser clara. Finalmente, este teste também mostra a contribuição conjunta de ambas as variáveis independentes para explicar diferentes graus de envolvimento anti-autoritário entre trabalhadores, que chega a 10%.

A Coluna 4 apresenta um modelo mais complexo, no qual os comportamentos são incluídos como parte dos preditores. A adição de mais três variáveis é válida por aumentar a proporção da variação explicada até 17% e por reduzir o erro médio inicial do preditor em quase 10%. O modelo mostra, portanto, que a dimensão participativa das orientações expressivas fazem diferença na compreensão das bases do anti-autoritarismo.

Todas as três variáveis têm um efeito significativo, que também ajuda a diminuir a influência da tolerância e do protecionismo. Conforme esperado, maior interesse político e experiência em ações de contestação se relacionam positivamente com inclinações democráticas. Entretanto, o valor negativo do coeficiente de regressão para a participação convencional apresenta uma relação intrigante. Ela simplesmente desassocia a experiência do engajamento individual em negócios públicos locais, interpessoais e na maioria das vezes não conflitantes, de seu efeito socializador democrático. Não encontro explicação convincente para esta relação negativa, a não ser a distribuição desigual de respostas para esta

variável. Uma segunda possível interpretação teria de iniciar por um enfoque na natureza do trabalho comunitário e das campanhas, os níveis de liderança vertical e interações clientelistas presentes etc., que certamente desviariam a discussão. Por outro lado, a incidência positiva de participação não-convencional do anti-autoritarismo conforme a atividade pública como uma dimensão saliente. Ela também custeia qualquer ligação entre comportamentos voltados ao conflito e instâncias anti-democráticas.

Vista em termos mais amplos, este modelo indica que o envolvimento tem um papel na formação de atitudes democráticas. Comparando os efeitos nos valores *standardizados*, ele reforça a prevalência das orientações políticas sobre as econômicas<sup>19</sup>.

#### *Modelos ideológicos e psicológicos*

A Coluna 5 apresenta o modelo completo de orientações expressivas e instrumentais para política ao incluir a ideologia dentro da análise. Conforme mostra esta tabela, esta variável não tem qualquer efeito significativo, substancial ou estatístico. Isso deve ser interpretado à luz da forte auto-identificação centrista dos trabalhadores, o que reduz em muito a possível contribuição deste preditor. Curiosamente, isso também reflete o limitado impacto de socialização da competição multipartidária na criação de identidades ideológicas, apesar de algumas destacadas diferenças filosóficas entre as principais forças políticas e os alinhamentos de massa terem ocorrido no momento do *survey*<sup>20</sup>.

No total, o Modelo 5 chama a atenção para dois achados: 1) o mais alto impacto entre os trabalhadores de expressiva orientação para o anti-autoritarismo, comparadas às instrumentais, o que sugere razões políticas e pós-materiais para apoiar a democracia em vez de cálculos movidos por cálculos materiais, de curto prazo e de custo-benefício, ou ainda razões relacionadas a manutenção de mecanismos clientelistas; e 2) o impacto heterogêneo de expressivas orientações, com certas atitudes mais determinantes que certos comportamentos e percepções, o que também reflete o papel principal das dimensões do liberalismo político comparadas às dimensões participativas e ideológicas.

Adicionar satisfação de vida à equação (Modelo 6) não traz grandes melhorias em termos de capacidade explicativa (que aumenta em apenas 1%) ou de erro de predição absoluto (que é reduzido em um extra de 1,5%). Para cada novo membro da classe trabalhadora que expressa grande satisfação (valor 1), em vez de

---

<sup>19</sup> Os valores beta são os seguintes: protecionismo, 0,10; tolerância, 0,22; interesse, 0,21; participação, -0,09; e ação de protesto, 0,13.

<sup>20</sup> Estou me referindo à patente polarização ideológica que ocorreu na eleição final para a Presidência da República em Novembro-Dezembro de 1989, poucos meses antes da realização do *survey*.

muita insatisfação (valor 9), a projeção de apresentar atitudes anti-autoritárias aumenta em 1%. Embora estatisticamente significativa, e com o sinal esperado, este preditor parece estar longe de exercer um papel proeminente na formação do apoio a valores democráticos, conforme afirmado pela evidência internacional (INGLEHART, 1990). Isso reflete um limite no potencial das questões privadas na politização das orientações individuais em relação ao regime. Em grande medida, as esferas pública e privada não parecem estar altamente entrelaçadas dentro do proletariado brasileiro. Ainda assim, se se levar em conta sua importância relativa em termos comparativos, a satisfação de vida não tem um desempenho muito pior que o protecionismo e a participação, e claramente supera a ideologia<sup>21</sup>. Isso sugere que, quando ajustado por outras variáveis, as orientações psicológicas, instrumentais e de envolvimento convencionais surgem como efeitos secundários na manutenção de atitudes anti-autoritárias, pelo menos entre membros da classe trabalhadora.

#### *O modelo geral*

O modelo final adiciona dados demográficos, sob a suposição de que as diferenças na formação social especificariam de maneira mais clara os determinantes das orientações democráticas dos trabalhadores. Isso prova ser verdadeiro, embora apenas devido ao grau de escolaridade, que auxilia o aumento de variação explicada da variável dependente em até 22 pontos percentuais e a diminuir o erro em até cerca de 15 pontos percentuais. Isso faz da educação o mais forte preditor entre os trabalhadores, conforme mostrado pelos coeficientes estandardizados na coluna 8. Do mesmo modo, níveis mais altos de escolaridade contribuem para níveis mais altos de anti-autoritarismo, uma conclusão que se encaixa com a maior parte da evidência a este respeito<sup>22</sup>. Por outro lado, diferenças de idade permanecem irrelevantes para mudanças na variável dependente. Com certeza, as descontinuidades atitudinais que surgem da evidência apresentada aqui, com relação ao estudo de Cohen sobre trabalhadores, dificilmente podem ser imputados a efeitos de geração.

A Tabela 7 também mostra que o melhor modelo explicativo para as predisposições anti-autoritárias dos empregadores diverge, embora não radicalmente, do dos trabalhadores (veja coluna 9). Entre os empregadores, as atitudes liberais, as orientações em relação ao Estado, e os níveis de escolaridade

---

<sup>21</sup> Em valores beta, a satisfação de vida equivale a -0,10, enquanto o protecionismo de estado chega a -0,09, a participação convencional -0,08, e a ideologia 0,03.

<sup>22</sup> O coeficiente não padronizado pode ser lido conforme se segue: para cada trabalhador movendo-se do analfabetismo para escolaridade colegial, é possível esperar um aumento médio de 1 por cento em sentimentos anti-autoritários.

fazem grande diferença; a propósito, estas são as únicas três variáveis que alcançam significância estatística em toda a equação (e isso, após se aceitar uma significância para educação de  $p < 0,06$ ). A maior contribuição é dada pelos níveis de tolerância política, sob as mesmas linhas que para trabalhadores embora numa intensidade bem maior. No entanto, quando se trata do efeito das orientações instrumentais, o sinal da relação muda. Isso implica que, entre os empregadores, as expectativas individualistas, mais do que as paternalistas, alimentam os valores democráticos. Assim, um padrão mais clássico liberal parece ser subjacente ao desenvolvimento do anti-autoritarismo deste grupo. E este padrão parece encaixar muito bem; acima de tudo, ele responde por 40% da variação da variável dependente, quase duas vezes tanto quanto a dos trabalhadores, enquanto também ajuda a reduzir o erro médio de predição em mais de um quarto do valor original.

Em um contraste notável a esse quadro, a estrutura de determinantes que afetam o apoio à democracia *qua* regime político, diverge amplamente daquela subjacente ao anti-autoritarismo. Não há preditor que alcance significância estatística, exceto por idade do grupo de trabalhadores, enquanto o quadro permanece muito semelhante em termos de significância substantiva, com quase todos os preditores mostrando um impacto extremamente fraco. Além disso, há uma intrigante contradição na maneira pela qual os preditores afetam a escolha do regime, em contraste ao apoio a valores anti-autoritários: de maneira surpreendente, desta vez os mais interessados e alfabetizados estão menos inclinados a apoiar a democracia em nível abstrato. Estes resultados contra-intuitivos deveriam ser lidos levando-se em conta algumas advertências:

a) os baixos coeficientes, sejam negativos ou positivos, dizem principalmente que as relações são inconcludentes; b) a falta de significância estatística adverte sobre a natureza aleatória destas relações; c) problemas de não-normalidade afetam a variável dependente assumindo a forma de assimetria positiva<sup>23</sup>; e d) a natureza não-intervalar da variável dependente a prejudica para a análise de regressão ao acentuar os problemas de não-linearidade. Outras razões tais como a ordinalidade parcial da questão da preferência por regime, resultante da questão completa, e as inconsistências conceituais inerentes (já revistas) resultantes de sua abstração, alerta para que não se enfatize a atenção sobre esta variável e enfoca de forma mais confiante o índice que mede o anti-autoritarismo.

---

<sup>23</sup> Transformações de raiz quadrada e logarítmicas na variável dependente não melhoraram o coeficiente de nenhuma maneira substantiva.

Além disso, os dados mostram que a preferência por regime político baseia-se fortemente nas atitudes anti-autoritárias do público. Entre trabalhadores, este dado e a idade são os únicos preditores significativos na equação, responsáveis por poucos 6 pontos percentuais da variação total nas opiniões, e reduzindo desvios de um preditor acurado em apenas 1%. Entre empregadores, as orientações anti-autoritárias são o único preditor a alcançar significância, com uma contribuição comparativamente muito maior na explicação da variação da variável dependente (18%) e diminuindo seu erro padrão inicial (próximo a 10%). Sob essas circunstâncias, então, parece mais atraente concentrar nas condições que explicam as diferenças nos níveis de anti-autoritarismo - que parecem não apenas como os determinantes mais notáveis da escolha por regime político, mas também como uma variável mais inteligível conceitualmente, mais acurada metodologicamente e mais significativa empiricamente, com a qual se trabalhar.

## **Conclusões**

O quão politicamente autoritários são os trabalhadores no Brasil hoje? O quanto seu apoio à democracia é dependente do paternalismo do governo? Em que medida a base da opinião pró-democrática e política por natureza? Em que medida as clivagens de classe permeiam esta opinião e se traduzem em idéias diferentes de democracia?

Os dados analisados neste artigo ajudam a abordar, pelo menos em termos gerais, as respostas básicas a estas questões. Ao fazê-lo, o artigo mostra que 1) os trabalhadores apóiam majoritariamente a democracia; 2) a minoria autoritária dos trabalhadores não é significativamente maior que entre outras classes sociais como a dos empregadores; 3) a idéia de democracia dos trabalhadores é avaliada de forma mais significativa como um valor composto relacionado a opções básicas da política cotidiana (isto é, anti-autoritarismo), do que como uma escolha abstrata entre nomes macropolíticos (ou seja, democracia ou ditadura) - conforme ilustrado pelos níveis de inconsistência entre-itens e pela capacidade de encaixe dos modelos de regressão; 4) as atitudes dos trabalhadores são muito mais centrais para explicar as orientações para a política do que comportamentos ou percepções; 5) quanto mais politicamente específicas são as atitudes, diferentes das atitudes econômicas ou psicológicas, maiores são seus efeitos nas orientações democráticas dos trabalhadores; e 6) o padrão geral das orientações democráticas dos trabalhadores não se apóia numa base extremamente diferente daquela dos empregadores.

O último ponto, entretanto, pede uma reconsideração do quadro das clivagens culturais baseadas na estrutura de classe tal como tradicionalmente retratada no Brasil. Mais importante, permite avançar uma interpretação da

sustentabilidade da democracia brasileira nos tempos difíceis no período pós-85, enquanto fundada na convergência relativa das atitudes políticas entre trabalhadores e empregadores, e na indeterminação das polarizações políticas de base de classe. Ainda assim, há um ponto de oposição entre-classes que pode encerrar de certa maneira as diferenças cruciais em relação à democracia, e este é apresentado pelo efeito distintivo das orientações instrumentais. Isso pode envolver um conflito de significados (e expectativas) associado a práticas democráticas. Felizmente, sua baixa correlação com a tolerância política, e a significância substantiva da tolerância na explicação do desenvolvimento de opinião favorável à democracia, descarta qualquer processo de polarização de classe, pelo menos com relação à cultura política.

Estes achados também deixam algumas questões parcialmente respondidas. Em princípio, há ainda muita variância a ser analisada, 80% entre trabalhadores, e 60% entre empregadores. Outra questão concerne a outros procedimentos-chave, normas, e práticas de democracia não inclusos na construção do índice de anti-autoritarismo, que poderiam ser encarados como fontes de clivagens culturais cruciais entre as classes<sup>24</sup>. Outra questão relaciona-se ao grau de robustez e à possível inferência destes achados, dada a pequena amostra representado pelos empregadores. Uma questão final (mas certamente não a uma última questão) diz respeito ao grau de homogeneidade destes achados através de diferentes seções de cada classe (por exemplo, em que medida é ainda possível supor que a fração da alta-burguesia não se divorcia radicalmente da maior parte da classe trabalhadora; ou em que medida trabalhadores sem qualificação compartilham uma estrutura idêntica de orientações democráticas com trabalhadores altamente qualificados). Neste sentido, a pesquisa futura precisa escolher tais questões para completar o cenário da base real da escolha democrática.

**Tabela 1a**  
**Apoio ao regime político**

	REGIME POLÍTICO - Nível geral	
	Classe trabalhadora (n= 853)	Empregadores (n = 64)
A democracia é melhor	53,2%	61,4%
Depende	18,7%	10,8%
A ditadura é melhor	18,9%	22,1%
Não sabe - não respondeu	9,1%	5,7%

\*coeficientes com asterisco são significantes em  $p < 0,05$ . Outros são não-significantes.

---

<sup>24</sup> Rochon e Mitchell (1989), por exemplo, enfatizam diferentes respostas ligadas à classes associadas para apoiar as instituições civis e o sufrágio universal.

**Tabela 1b**  
**Apoio a normas**

		REGIME Político - Normas específicas	
		Classe trabalhadora (n = 853)	Empregadores (n = 64)
Tipo de Governo*	Permanecer civil	58,8%	61,4%
	Meio termo	5,0%	12,4%
	Voltar a ser militar	29,5%	23,2%
	Não sabe - não respondeu	6,7%	2,9%
Sistema Partidário*	Mais que um partido	49,9%	67,4%
	Meio termo	1,6%	1,5%
	Apenas um partido	44,9%	29,8%
	Não sabe - não respondeu	3,6%	1,4%
Direito de Voto*	Sem restrições ao voto	54,5%	45,6%
	Meio termo	2,6%	4,9%
	Só alfabetizados votam	41,0%	49,5%
	Não sabe - não respondeu	1,9%	0,0%
Maioria/Minoria*	Direitos totais à minoria	43,9%	47,7%
	Direitos parciais à minoria	38,8%	33,6%
	Tirania da maioria	12,0%	14,4%
	Não sabe - não respondeu	5,2%	4,3%

\*coeficientes com asterisco são significantes em  $p < 0,05$ . Outros são não-significantes.

**Tabela 2**  
**O efeito das variáveis de formação na relação entre classe e apoio ao regime político (análise de classificação múltipla)**

Covariada

	F-test Global	F-test Classe	N
Educação	2,08	0,01	835
Interesse	0,77	0,16	809
Participação	0,15	0,17	809
Idade	4,78*	0,02	834
Ideologia	0,57	0,08	748
Satisfação	0,79	0,00	761

\*coeficientes com asterisco são significantes em  $p < 0,05$ . Outros são não-significantes.

**Tabela 3**  
**Níveis de consistência entre os itens de democracia ao nível geral e específico, entre trabalhadores e empregadores, ao nível agregado (1)**

	Regime político		Sistema partidário		Tipo de governo		Direito de voto		Maioria/Minoria	
	Trab.	Emp.	Trab.	Emp.	Trab.	Emp.	Trab.	Emp.	Trab.	Emp.
Regime político	-	-	0,13*	0,21	0,23*	0,35*	0,12*	- 0,17	0,06	- 0,03
Sistema Partidário			-	-	0,34*	0,26	0,09*	0,21	0,01	- 0,08
Tipo de governo					-	-	0,13*	- 0,15	0,09*	- 0,26
Direito de voto							-	-	0,03	- 0,16
Maioria/Minoria									-	-

(1) Coeficientes r de Pearson. Cada item está baseado numa escala de 3 pontos, com o valor 1 para resposta pró-democrática e valor 3 para resposta não-democrática;

\*coeficientes com asterisco são significantes em  $p < 0,05$ . Outros são não-significantes;

Trab.: Trabalhadores (n = 720)

Emp.: Empregadores (n = 59)

**Tabela 4**  
**Atitudes dos trabalhadores e empregadores em relação ao papel paternalista do Estado**

		Trabalhadores	Empregadores
Apóiam pouco	1.	0,5%	0,0%
	2.	7,5%	14,2%
	3.	38,5%	39,7%
	4.	44,2%	34,2%
Apóiam mais	5.	3,0%	3,1%
NS/NR		6,4%	8,8%
Total		100,0%	100,0%
N		(853)	(64)

**Tabela 5**  
**Orientações com relação ao interesse político, participação convencional e ação de protesto entre trabalhadores e empregadores**

Hábitos	Variável	Fator	Média Trabalhadores	Média Empregados
Assistência/Leitura de notícias	Interesse	0,84		
Discussão política	Interesse	0,78		
INTERESSE POLÍTICO			- 0,2	- 0,19
Persuasão política	Participação	0,67		
Participação em política	Participação	0,80		
Trabalho comunitário	Participação	0,68		
PARTICIPAÇÃO CONVENCIONAL			0,12	- 0,10
Petições/ protestos	Protesto	0,76		
Manifestações	Protesto	0,76		
Atividades de Greve	Protesto	0,79		
AÇÃO DE PROTESTO			- 0,06	0,18

Pergunta completa: “Você costuma...(ITEM 1) Ler ou assistir a noticiários políticos; (ITEM 2) Discutir política com outros; (ITEM 3) Tentar persuadir outros como votar (ITEM 4) Tomar parte de manifestações políticas tais como ajudar um candidato, participar da campanha. comparecer a reuniões do partido, etc (ITEM 5) Comparecer a associações comunitárias/clubes para trabalhar sobre problemas locais; (ITEM 6) Assinar petições ou abaixo-assinados; (ITEM 7) Tomar parte de manifestações anti ou pró-governo; (ITEM 8) Participar de greves. Costuma, não costuma, raramente”. As categorias foram registradas e postas em escala com o mais baixo valor representando comportamento ativo e o mais alto valor representando comportamento passivo. Acompanhando as variáveis compostas com valores médios negativos se referem a comportamento ativo, enquanto as com valores médios positivos se referem a comportamento passivo. Em relação ao item 7, a ausência de manifestações pró-governo durante os anos imediatamente anteriores ao *survey* (o mais próximo no tempo sendo as ações individuais dos “fiscais do Sarney” no início do Plano Cruzado no início de 1986), resguarda qualquer problema em considerar como uma contribuição ao fator “ação de protesto”.

**Tabela 6**  
**Relações entre orientações instrumentais, orientações expressivas e características democráticas entre trabalhadores e empregadores.**

	Protecionismo de Estado	Tolerância Política	Interesse político	Participação convencional	Ação de protesto	Ideologia	Satisfação de vida	Educação	Idade
Protecionismo de Estado	-	- 0,06	- 0,06	0,03	- 0,03	0,08	0,08	0,02	0,07
Tolerância Política	- 0,05	-	0,14*	- 0,14*	- 0,14*	0,21*	- 0,02	- 0,22	0,18*
Interesse político	- 0,22	0,12	-	- 0,15	- 0,24*	0,05	- 0,11*	- 0,39*	- 0,08
Participação convencional	0,20	- 0,13	0,09	-	- 0,29*	- 0,03	0,04	0,20*	- 0,07
Ação de protesto	- 0,03	0,12	- 0,31	- 0,12	-	0,22*	0,07	- 0,13*	0,18*
Ideologia	- 0,21	0,20	0,34	- 0,20	0,15	-	0,09	- 0,20*	0,16*
Satisfação de vida	- 0,04	0,12	- 0,07	- 0,15	0,29	- 0,05	-	0,20*	0,10*
Educação	0,18	- 0,21	- 0,32	- 0,15	0,00	- 0,42*	0,12	-	- 0,12
Idade	- 0,27	- 0,03	0,13	- 0,36*	0,31	0,18	0,38*	0,01	-

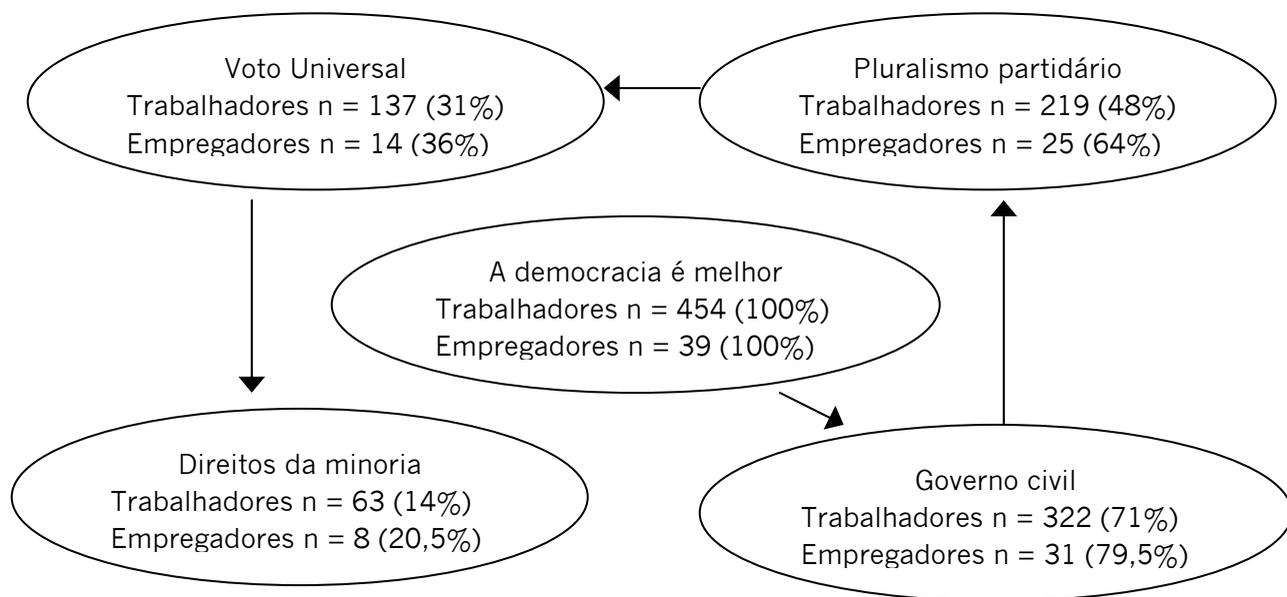
\* Coeficientes em asterisco são significantes a  $P < 0,1$  (teste de 1 cauda). Os coeficientes acima da diagonal correspondem aos trabalhadores ( $n = 562$ ). Os coeficientes abaixo da diagonal correspondem aos empregadores ( $n = 44$ ).

**Tabela 7**  
**Resultados da regressão OLS para anti-autoritarismo e apoio ao regime democrático**

	Anti-autoritarismo									Apoio ao Regime	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Protecionismo Estadual	- 0,20* (0,05)		- 0,18* (0,05)	- 0,15* (0,05)	- 0,13* (0,05)	- 0,13* (0,05)	- 0,14* (0,05)	- 0,09* (0,05)	0,29* (0,05)	- 0,03	- 0,09
Tolerância Política		0,41* (0,05)	0,43 (0,05)	0,34 (0,05)	0,37* (0,06)	0,38* (0,06)	,32* (0,06)	0,19* (0,06)	0,49* (0,06)	0,01	- 0,20
Interesse Político				0,22* (0,04)	0,21* (0,04)	0,20* (0,04)	0,11* (,04)	0,11* (0,04)	0,07	- 0,33	- 0,18
Participação Convencional				- 0,09* (0,04)	- 0,08* (0,04)	- 0,08* (0,04)	- 0,06 (0,04)	- 0,07	0,15	0,03	- 0,11
Protesto de Ação				0,12* (0,03)	0,11* (0,03)	0,12* (0,04)	0,07* (0,03)	0,09* (0,03)	- 0,15	0,02	- 0,09
ideologia					0,02 (0,02)	0,02 (0,02)	- 0,00 (0,02)	- 0,01	0,13	- 0,02	0,02
Satisfação						- 0,05* (0,02)	- 0,03 (0,02)	- 0,05	0,14	0,04	0,04
Educação							- 0,14* (0,02)	- 0,25* (0,02)	- 0,26+	0,06	0,22
Idade							0,00 (0,00)	0,05	0,04	- 0,11*	- 0,05
Anti-autoritarismo										0,24*	0,45*
INTERCPT	0,65* (0,19)	0,03 (0,04)	0,65* (0,18)	0,57* (0,18)	0,43* (0,20)	0,65* (0,22)	10,02* (0,24)				
N	741	768	741	721	657	593	591	591	44	562	43
R (2) Ajustado	0,02	0,08	0,10	0,17	0,17	0,18	0,22	0,22	0,40	0,06	0,18
SEE	10,03	0,99	0,99	0,95	0,94	0,92	0,90	0,90	0,65	0,80	0,78

Os dados das colunas 1 a 7 são coeficientes de regressão não-estandardizados com erros-padrão nos parênteses. Dados das colunas 8 a 11 são pesos-betas. Os coeficientes em asterisco são significantes a  $P < 0,05$ ; (+) a  $P < 0,06$

**Figura 1**  
**Níveis de consistência para itens gerais e específicos sobre democracia entre trabalhadores e empregadores, ao nível individual +.**



## **APÊNDICE**

As questões completas seguintes são aquelas para as variáveis utilizadas na análise, não apresentadas no artigo (segundo minha tradução).

### *Regime político*

“Eu gostaria que você me dissesse com qual das seguintes sentenças você concorda mais... 1) Democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo; 2) Sob certas circunstâncias, a ditadura é melhor que um regime democrático; 3) É a mesma coisa o governo ser democrático ou ditatorial”.

“Vou ler algumas afirmações e gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda com eles... 1) Concorda; 2) discorda; 3) Concorda/ Discorda em parte.

### *Ordem civil*

“O país estaria muito melhor se os militares estivessem de novo no poder.”

*Violência*

“Apenas com violência haverá uma mudança real no Brasil.”

*Pluralismo*

“O país estaria muito melhor se houvesse apenas um partido político.”

*Direito de voto*

“No Brasil, o voto só deveria ser permitido aos não analfabetos.”

*Protecionismo*

“Quando o governo protege os mais pobres, prejudica aqueles que tiveram sucesso com seus próprios esforços.”

*Assistencialismo*

“A melhor maneira de resolver problemas do pobre é com a ajuda do governo.”

*Governo da maioria/ direitos da minoria*

“Em vários lugares, há pessoas que têm idéias diferentes daquelas da maioria da população. Em sua opinião, estas pessoas ... 1) Deveriam obedecer ao que a maioria quer, deixando suas idéias de lado; 2) Deveriam ter suas próprias idéias, desde que não tentem convencer os outros; 3) Podem ter suas próprias idéias e tentar convencer os outros?”

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BOOTH, J.; SELIGSON, M. The political culture of authoritarianism in Mexico: a reexamination. *Latin American Research Review*, v. 19, n. 1, 1984.

CAMPBELL, A. et al. *The american voter*. John Wiley, 1960.

CATTERBERG, E. *Argentina confronts politics*. Boulder: Lynne Rienner, 1991.

COHEN, Y. The benevolent Leviathan. *American Political Science Review*, 1982.

CONVERSE, P. The nature of belief systems among mass publics. In: APTER, D. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: Free Press, 1964.

DA MATTA, R. *Carnivals, rogues, and heroes: an interpretation of the brazilian dilemma*. Notre Dame, 1991.

DAVIS, C.; SPEER, J. The psychological bases of regime support among urban workers in Venezuela and Mexico. *Comparative Political Studies*, v. 24, n. 3, 1991.

ECHEGARAY, F. Impavidos ante la democracia. La subjetividad politica en la Argentina. *Nueva Sociedad*, 101, 1989.

ECKSTEIN, H. *Division and cohesion in democracy*. Princeton University Press, 1966.

FLISFISCH, A. Consenso democratico en el chile autoritario. In: LECHNER, N. (ed.). *Cultura politica y democratización*. Santiago: FLACSO, 1988.

GEDDES, B.; ZALLER, J. Sources of popular support for authoritarian regimes. *American Journal of Political Science*, v. 33, n. 2, may 1989.

INGLEHART, R. *Culture shift in advanced industrial societies*. Princeton University Press, 1990.

KAASE, M.; BARNES, S. *Political action*. Beverly Hills: Sage, 1979.

KECH, M. The new unionism in the brazilian transition. In: STEPAN, A. (ed.). *Democratizing Brazil*. Oxford University Press, 1989.

KIRKPATRICK, J. *Leader and vanguard in mass society: a study of Peronist Argentina*. Cambridge: MIT Press, 1971.

KORNHAUSER, W. *The politics of mass society*. Glencoe: Free Press, 1959.

LAMOUNIER, B. Brazil: inequality against democracy. In: DIAMOND, L. et al. (ed.). *Democracy in developing countries. Latin America*. Boulder: Lynne Rienner, 1989.

LAMOUNIER, B.; MARQUES, H. A democracia brasileira no final da década perdida. In: LAMOUNIER, B. (ed.). *Ouvindo o Brasil*. São Paulo: IDESP/IRS, 1992.

LIPSET, S. M. *Political man: the social bases of politics*. Garden City: Anchor Books, 1960.

LIPSITZ, L. Working class authoritarianism: a reevaluation. *American Sociological Review*, v. 30, 1965.

MANN, M. The social cohesion of liberal democracy. *American Sociological Review*, june 1970.

MARTINS, L. A geração AI-5. Um ensaio sobre autoritarismo e alienação. *Ensaio de Opinião*, p. 2-9, 1979.

McDONOUGH, P. *Power and ideology in Brazil*. Princeton University Press, 1981.

\_\_\_\_\_ et al. The growth of democratic legitimacy in Spain. *American Political Science Review*, v. 80, 1986.

McCLOSKEY, H. Consensus and ideology in american politics. *American Political Science Review*, v. 58, 1964.

MOISÉS, J. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. *Lua Nova*, v. 16, 1989.

MULLER, E. et al. Education, participation, and support for democratic norms. *Comparative Politics*, october 1987.

MUSZYNSKI, J.; TEIXEIRA MENDES, A. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, B. (ed.). *De Geisel a Collor: o balanço de transição*. São Paulo: IDESP, 1990.

PROTHRO, J.; GRIGG, C. Fundamental principles of democracy: bases of agreement and disagreement. *Journal of Politics*, v. 22, 1960.

RANIS, P. View from below: working-class consciousness in Argentina. *Latin American Research Review*, v. 26, n. 2, 1991.

ROCHON, T.; MITCHELL, M. Social bases of the transition to democracy in Brazil. *Comparative Politics*, april 1989.

RUESCHEMEYER, D. et al. *Capitalist development and democracy*. University of Chicago Press, 1992.

SCHMITTER, P. *Interest conflict and political change in Brazil*. Stanford University Press, 1971.

SCHNEIDER, R. *Order and progress*. Boulder: Westview, 1991.

SELIGSON, M.;BOOTH, J. Political culture and regime type: evidence from Nicaragua and Costa Rica. *Journal of Politics*, v. 55, n. 3, august 1993.

TIANO, S. Authoritarianism and political culture in Argentina and Chile in the mid-1960s. *Latin American Research Review*, v. 21, n. 1, 1986.

TIMES-MIRROR CENTER. *The pulse of Europe*. 1991. Press release.

WEFFORT, F. Incertezas da transição na América Latina. *Lua Nova*, v. 17, 1989.

*Tradução do original inglês: Cristina Meneguello.  
Recebido para publicação em julho de 1995.*